

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.954 - RJ
(2019/0139996-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : ANGELA MARIA SILVARES
ADVOGADOS : ISABEL PEIXOTO VIANA - RJ116751
LUCIANA MALAGRICI WADDINGTON - RJ129192
MARCELA MAFFEI QUADRA TRAVASSOS - RJ114222
RENATA FERREIRA KINGSTON - RJ169538
EMBARGADO : SOPHIA AUGUSTA DE LYRA TAVARES
REPR. POR : ANTONIO CARLOS BARRETTO DE VASCONCELLOS -
INVENTARIANTE
EMBARGADO : ALVARO ANTONIO DO CABO NOTAROBERTO BARBOSA
EMBARGADO : FRANCISCO DE ASSIS PESSANHA
EMBARGADO : MARIO PANARO
EMBARGADO : NADINE WEIL DE CARDONA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS GALL GONTIJO - RJ139747

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANGELA MARIA SILVARES, contra a decisão de fls. 187-189, e-STJ, que negou provimento ao seu agravo em recurso especial, por entender que *"A modificação do acórdão recorrido, para aferir a necessidade ou não de suspensão do processo conforme requerido no recurso especial, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, pois o Tribunal de origem reconheceu a ausência de plausibilidade no pedido da recorrente, com base nos fatos e nas provas dos autos"*.

A embargante afirma que o seu recurso fora interposto sob a égide do Código de Processo Civil/2015, apontando erro material na decisão embargada, que relatara a interposição do recurso sob o CPC/1973, e no mais, sustenta que a decisão deixou de se manifestar sobre todas as questões exaradas no recurso especial, que a seu ver, não demandam o reexame de fatos e provas.

Sem impugnação.

Relatados, passo a decidir.

De fato, a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são

Superior Tribunal de Justiça

cabíveis quando há omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada, o que não se verifica na espécie.

Em verdade, verifica-se que a embargante pretende o rejugamento da causa, o que desnatura a oposição de embargos de declaração, que, conforme cediço, é recurso de fundamentação vinculada.

Registre-se, ademais, que a pretensão da recorrente de fato demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, de sorte que *"tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o órgão julgador obrigado a responder, um a um, a todos os questionamentos suscitados pelas partes, mormente se notório seu caráter de infringência do julgado"* (EDcl no AgInt nos EREsp 703.188/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJe 17/9/2019).

Assim, conforme o que consta dos autos, fica mantida a incidência da Súmula 7/STJ, nos termos em que consignou a decisão embargada.

Os embargos de declaração não são cabíveis para rediscutir matéria já analisada fundamentadamente na decisão embargada, especialmente diante da existência de recurso cabível na seara processual.

Ademais, o recurso não se presta à aplicação de entendimento que, segundo a ótica da parte embargante, deveria guiar ou conduzir a solução do litígio.

Nesse sentido: EDcl no AgInt na Rcl 17.207/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 27/11/2017).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora